

ENTRE RIOS, CAMPOS E FLORESTAS: permanência estudantil e inclusão no ensino superior amazônico.

Eixo 5-Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

Vera Guaciara Cardoso Ferreira-Universidade Federal do Amapá (inhaguaciara@hotmail.com)
André Rodrigues Guimarães-Universidade Federal do Amapá (andre@unifap.br)

1-Introdução

O debate sobre a democratização do ensino superior brasileiro exige reconhecer que o acesso à universidade pública foi historicamente marcado por desigualdades sociais, raciais e territoriais, excluindo populações camponesas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e sujeitos das florestas amazônicas (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022). Nas últimas décadas, políticas de expansão universitária, ações afirmativas e assistência estudantil ampliaram o ingresso de estudantes das classes populares nas universidades públicas. Contudo, o acesso não garantiu, automaticamente, condições efetivas de permanência acadêmica, especialmente na Amazônia, região marcada por desigualdades históricas, distâncias geográficas e precarização de serviços públicos (SILVA; BARBOSA, 2018).

Os estudantes das águas, dos campos e das florestas enfrentam desafios relacionados ao deslocamento, moradia, alimentação, acesso à internet e barreiras culturais presentes no espaço universitário, além de trajetórias historicamente marcadas pela exclusão educacional (GUIMARÃES; KATO; ANDRADE, 2024). Nesse contexto, a Educação do Campo contribui para compreender as desigualdades estruturais produzidas por uma lógica educacional historicamente urbanocêntrica, desconsiderando os saberes e modos de vida das populações campesinas (SANTOS, 2020).

Arroyo (2011) destaca que os currículos e processos educacionais são territórios em disputa, atravessados por relações de poder que frequentemente silenciam os conhecimentos dos sujeitos historicamente excluídos. Assim, pensar em permanência estudantil no ensino superior amazônico exige compreender sobre a universidade como espaço de inclusão, reconhecimento e valorização da diversidade socioterritorial amazônica.

Além disso, a assistência estudantil, especialmente por meio do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constitui importante instrumento de democratização da vida acadêmica, embora os cortes orçamentários e as políticas neoliberais fragilizem sua efetivação (SILVA; BARBOSA, 2018). Dessa forma, o estudo busca discutir os desafios da permanência estudantil e da inclusão no ensino superior amazônico, analisando como as desigualdades territoriais, sociais e educacionais impactam as trajetórias acadêmicas de estudantes das águas, dos campos e das florestas, bem como as estratégias institucionais voltadas à sua inclusão e permanência universitária.

2-Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, tendo como eixo central a permanência estudantil no ensino superior amazônico. O estudo dialoga com produções acadêmicas sobre políticas públicas educacionais, democratização do acesso ao ensino superior, educação do campo, currículo e assistência estudantil no contexto amazônico e brasileiro (GUIMARÃES; KATO; ANDRADE, 2024; SANTOS, 2020; RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022; SILVA; BARBOSA, 2018).

A análise documental possibilitou compreender o processo de expansão do ensino superior no Brasil e os desafios relacionados à permanência universitária de grupos historicamente excluídos, especialmente populações camponesas, ribeirinhas e amazônicas (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022). O estudo fundamenta-se ainda na perspectiva crítica da educação do campo, compreendendo os sujeitos amazônicos como protagonistas de processos de resistência e produção de conhecimento (CALDART, 2000), bem como nas contribuições de Arroyo acerca dos currículos como territórios em disputa (ARROYO, 2011; AGUIAR, 2012).

Os dados foram organizados em categorias temáticas relacionadas à democratização do acesso ao ensino superior, políticas de permanência estudantil, desigualdades territoriais amazônicas e inclusão de estudantes das águas, dos campos e das florestas. A interpretação dos dados ocorreu por meio de análise crítica da literatura,



buscando compreender como as políticas educacionais e as ações institucionais dialogam com as realidades socioterritoriais amazônicas e com os processos de pertencimento, reconhecimento cultural e permanência universitária.

3-Discussão dos dados

Os estudos analisados evidenciam que a democratização do ensino superior brasileiro ocorreu de maneira tardia e desigual, e foram estruturadas para atender às elites econômicas e urbanas, mantendo afastados os sujeitos das classes populares dos territórios rurais e amazônicos (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022).

As políticas de expansão universitária e ações afirmativas implementadas nas últimas décadas representaram importantes avanços na ampliação do acesso ao ensino superior, contudo, o ingresso desses estudantes revelou novos desafios relacionados à permanência acadêmica, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social e territorial (SILVA; BARBOSA, 2018).

No contexto amazônico, tais desafios tornam-se ainda mais evidentes, por apresentar profundas desigualdades estruturais que afetam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. Questões como grandes distâncias geográficas, precariedade do transporte fluvial e terrestre, dificuldades econômicas, ausência de moradia estudantil adequada e limitações no acesso à tecnologia impactam significativamente a permanência universitária (GUIMARÃES; KATO; ANDRADE, 2024).

Os sujeitos das águas, dos campos e das florestas carregam experiências educativas e culturais frequentemente invisibilizadas pelos modelos tradicionais de universidade, onde muitas vezes, os currículos acadêmicos reproduzem perspectivas urbanocêntricas que desconsideram os saberes produzidos nos territórios amazônicos. Arroyo (2011) afirma que os currículos escolares e universitários são territórios em disputa, nos quais determinados conhecimentos são legitimados enquanto outros são silenciados. Essa invisibilização contribui para sentimentos de não pertencimento e exclusão entre estudantes de comunidades tradicionais. A permanência universitária, portanto, não depende apenas de recursos financeiros, mas também da construção de

espaços institucionais capazes de reconhecer as identidades culturais e territoriais desses sujeitos. A Educação do Campo surge como importante referência para esse debate ao defender uma educação vinculada à vida, ao território e às experiências coletivas dos povos do campo, destacando que os estudos sobre a temática e os movimentos sociais desempenharam papel fundamental na construção de propostas educativas voltadas à valorização dos sujeitos historicamente marginalizados (SANTOS, 2020).

Caldart (2000) enfatiza que a educação construída pelos movimentos sociais do campo não se limita à escolarização formal, mas constitui um processo formativo articulado às lutas sociais, à produção da vida e à construção de identidades coletivas, com isso, contribui para pensar na universidade amazônica como espaço de diálogo intercultural e valorização da diversidade socioterritorial. Outro aspecto relevante identificado na literatura refere-se à assistência estudantil como política fundamental para garantir o direito à permanência universitária, o Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, o qual tornou-se um importante mecanismo de inclusão social ao oferecer auxílios relacionados à alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico. Entretanto, a insuficiência de recursos e os cortes orçamentários comprometem a efetividade dessas ações (SILVA; BARBOSA, 2018).

A permanência estudantil também precisa ser analisada em perspectiva interseccional, pois muitos estudantes amazônicos enfrentam simultaneamente desigualdades de classe, raça, território e gênero. As populações negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas historicamente sofreram processos de exclusão educacional e social que continuam repercutindo no acesso e permanência na universidade (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022).

Além disso, a produção acadêmica sobre políticas educacionais na Amazônia evidencia a necessidade de fortalecimento de pesquisas comprometidas com as realidades regionais, apontando que tem ampliado o debate sobre educação, diversidade e inclusão, embora ainda existam desafios relacionados à consolidação desse campo de pesquisa (GUIMARÃES; KATO; ANDRADE, 2024). Nesse contexto, torna-se

fundamental pensar sobre políticas universitárias que ultrapassem perspectivas homogêneas de estudantes, e reconheçam as múltiplas realidades amazônicas, considerando que a inclusão efetiva dos estudantes das águas, dos campos e das florestas, exige ações institucionais voltadas às especificidades territoriais, culturais e econômicas da região de modo que, a permanência estudantil no ensino superior amazônico seja compreendida como um direito social e político, garantindo que sujeitos historicamente excluídos não apenas ingressem na universidade, mas também concluam sua formação acadêmica com dignidade, reconhecimento e pertencimento.

4-Conclusão

O estudo evidenciou que a permanência estudantil no ensino superior amazônico constitui um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas, uma vez que, embora as políticas de democratização de acesso tenham ampliado o ingresso de estudantes oriundos das águas, dos campos e das florestas, as desigualdades históricas e estruturais continuam impactando significativamente suas trajetórias acadêmicas. A pesquisa demonstrou que os desafios da permanência universitária na Amazônia não se restringem apenas às questões econômicas, mas também a aspectos territoriais, culturais, sociais e institucionais que atravessam a experiência acadêmica dos estudantes amazônicos, produzindo invisibilidade e não pertencimento desses sujeitos. Verificou-se também que as políticas de assistência estudantil possuem papel fundamental na garantia do direito à educação superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entretanto, a insuficiência de investimentos públicos e os cortes orçamentários fragilizam a efetivação dessas políticas, comprometendo o acesso pleno à universidade pública (SILVA; BARBOSA, 2018). A discussão evidenciou ainda a importância da Educação do Campo e das lutas dos movimentos sociais na construção de perspectivas educacionais comprometidas com os territórios e as identidades dos sujeitos populares (CALDART, 2000; SANTOS, 2020).



Conclui-se que a universidade amazônica precisa fortalecer políticas institucionais de inclusão e permanência que considerem as especificidades socioterritoriais da região, o que implica em ampliar programas de assistência estudantil, construir currículos mais inclusivos, valorizando assim os conhecimentos tradicionais e promovendo práticas acadêmicas comprometidas com a diversidade amazônica. Por fim, compreende-se que garantir a permanência estudantil é fortalecer o direito à educação, à cidadania e à justiça social. Entre rios, campos e florestas, a universidade pública amazônica torna-se espaço de resistência, produção de conhecimento e construção de futuros mais democráticos e inclusivos.

Referências

AGUIAR, Alessandra Aparecida Dias. *Currículo, território em disputa, de Miguel Gonzáles Arroyo*. Dialogia, São Paulo, n. 15, p. 166-168, 2012.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, André Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello; ANDRADE, Ilma Barleta de. A política educacional como campo de pesquisa na Amazônia: a região Norte em questão. *REVELLI*, v. 16, 2024.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Da desigualdade à democratização do acesso à universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 11, n. 1, p. 47-62, 2022.

SANTOS, Silvanete Pereira dos. Educação do campo: uma história de luta e resistência. *Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino*, Dossiê n. 4, v. 1, p. 434-459, 2020.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; BARBOSA, Maria José de Souza. Política de assistência estudantil como direito de permanecer na universidade pública. In: *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. 2018.